

Credor terá que *Dívida Externa* pagar deságio se

fizer conversão

O presidente do Banco Central, Elmo Camões, disse ontem que "ninguém escapará de pagar o deságio" ao efetuar operações de conversão da dívida externa em investimentos, acrescentando que o BC cogita apenas de "ajustar" as atuais normas sobre o assunto após o leilão que será realizado hoje, na Bolsa de Valores do Rio Janeiro. Explicou que a expectativa do Governo é bastante otimista quanto ao fluxo de investimentos para o leilão, e também quanto aos deságios, "que sejam os maiores possíveis para que se possa reduzir a dívida, aumentar os investimentos e criar de 1,5 milhão a 2 milhões de empregos anuais".

O presidente do BC descartou totalmente a possibilidade de ser analisado o pleito dos grandes bancos credores, que querem a extinção do deságio. "Se eles não participarem dos leilões, vão ficar sem converter e quem sabe se não vão perder o passo da história". Falando após a reunião do Conselho Monetário Nacional, Elmo Camões não quis antecipar quais as medidas de política monetária que estão sendo estudadas no conjunto de medidas que o Governo pretende reduzir o déficit público. Explicou apenas que durante a reunião, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, fez um histórico do crescimento das despesas públicas e sobre a pressão "muito forte" da folha de pessoal sobre as despesas do Governo.

Acompanhado de cinco diretores, o presidente do BC delegou ao titular de cada diretoria a explicação dos votos mais importantes aprovados pelo CMN. Wadico Bucchi, da área bancária, explicou as mudanças no programa de recuperação econômico-financeira (Proref) a que estão submetidos 14 bancos estaduais comerciais. A nova resolução do CMN resolveu concentrar em apenas

dois pontos a avaliação sobre a saúde financeira dos bancos sob esse programa. Apresentação de resultados positivos e a obrigatoriedade do banco colocar 8 por cento de recursos próprios para cada operação de financiamento. A avaliação do BC, antes trimestral, passa a ser semestral. Segundo Wadico, houve apenas "uma simplificação" das regras, antes bastante detalhadas, para o cumprimento do Proref pelos bancos estaduais. O presidente do BC complementou que a intenção do CMN não é conceder "nenhuma liberalidade" a essas instituições, mas concentrar os instrumentos de controle.

A aprovação de empréstimos a 22 prefeituras, através de repasses da Caixa Econômica Federal (CEF), segundo o diretor da área bancária do BC não contraria a resolução 1.469, que limitou os empréstimos a governos estaduais e prefeituras aos níveis de 31 de dezembro do ano passado. Explicou que a comissão de controle financeiro do Ministério da Fazenda analisará caso a caso, e os que ultrapassarem os limites não serão encaminhados ao Senado Federal para aprovação final.

O diretor da área externa, Arnim Lore, afirmou que amanhã, o BC analisa a constituição de um grupo de técnicos do Governo para estudar as regras para a liquidação de exportação com recursos oriundos de conversão da dívida externa. O BC tem pedidos da ordem de 7 bilhões de dólares de comerciantes interessados em exportar por esse mecanismo. Reiterou as expectativas otimistas quanto ao leilão de conversão de hoje, no qual estará presente, juntamente com Juarez Soares, da Dívida Pública e Keyler Carvalho, de Mercado de Capitais, quando serão ofertados 150 milhões de dólares para a conversão de títulos vencidos da dívida externa.